



Universidade da Amazônia

# **Sermão VI – Maria Rosa Mística**

**de Padre Antonio Vieira**



**NEAD – NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Av. Alcindo Cacela, 287 – Umarizal

CEP: 66060-902

Belém – Pará

Fones: (91) 210-3196 / 210-3181

[www.nead.unama.br](http://www.nead.unama.br)

E-mail: [uvb@unama.br](mailto:uvb@unama.br)

## Sermão VI - Maria Rosa Mística

de Padre Antônio Vieira

*Beatus venter qui te portavit. Quinimmo beati qui audiunt verbum Dei et custodiunt illud (1).*

### CAPÍTULO I

O que se infere da proposição de Davi, em que diz que há de acrescentar sobre todo o louvor de Deus? Cuidava o autor que tinha pregado a maior de todas as excelências do Rosário, dizendo ser o Rosário o meio mais eficaz para guardar os mandamentos de Deus e alcançar a bem-aventurança; porém, neste sermão retrata-se do que disse, encontrando ainda maior excelência no Rosário: a salvação dos que não guardam os mandamentos.

Uma das coisas mais notáveis, antes a mais notável de quantas disse Davi, são aquelas palavras do salmo setenta. *Adjiciam super omnem laudem tuam* (Sl 70, 14). Quer dizer: — Eu, Senhor, vos louvarei de tal maneira, que sobre todo o vosso louvor ainda hei de acrescentar mais. — Chamai a esta proposição notável, e devera-lhe chamar contraditória e impossível. Deus é todo poderoso e perguntam os filósofos se pode Deus fazer tudo quanto pode. Uns negam, outros afirmam, e uns e outros se implicam, porque, depois de Deus fazer tudo o que pode, ou pode fazer mais alguma coisa ou não: se não pode, deixou de ser Deus, porque não há Deus sem onipotência; e se pode, segue-se que aquilo que fez não era tudo. O mesmo se infere desta proposição de Davi, em que diz que há de acrescentar sobre todo o louvor de Deus, porque, ou Davi há de acrescentar, ou não: se não acrescenta, é falsa a sua proposição; e se acrescenta, segue-se que o louvor de Deus, sobre o qual acrescentou, não era todo, porque sobre o que é tudo não pode haver mais.

Assim é com evidência. E se me perguntais a que fim começo hoje com um tal exórdio, digo senhores, que para me retratar do que disse no sermão passado, e para confessar que o que lhe aconteceu a Davi, com os louvores de Deus, me sucedeu também a mim com os do Rosário. No sermão passado cuidei que tinha pregado a maior de todas as excelências desta soberana devoção da Virgem, Senhora nossa. Porém, estudando mais em seus milagres, e examinando melhor as maravilhas sobre todo o excesso grandes e estupendas, que por meio do seu Rosário tem obrado a mesma Senhora, por cima da que julguei que era a maior das maiores achei ainda outra maior. E esta é a que hei de pregar hoje. Aos que louvam o Santíssimo Sacramento diz Santo Tomás que não tenham medo de dizer muito, e que se atrevam quanto puderem, porque aquele Senhor Sacramentado é maior que todo o louvor: *Quia major omni laude, nec laudare sufficis*. — E quem prega de um assunto que é maior que todo o louvor, quando cuida que tem dito tudo, ainda acha, como Davi, que pode dizer mais. *Adjiciam super omnem laudem tuam*.

O que disse e provei ultimamente, se bem vos lembra, foi que o meio mais eficaz para guardar os mandamentos de Deus é a devoção do Rosário. E, como a guarda dos mandamentos de Deus é o meio necessário e único para alcançar a bem-aventurança, e não há nem pode haver maior bem que a mesma bem-aventurança, pareceu-me que esta excelência do Rosário era também a maior que

dele se pode dizer. Mas se o não é, como supõe a minha retratação, que excelência pode haver nem imaginar-se que seja maior que esta? Se vos ocorre alguma, folgaria eu muito de a ouvir. Mas, porque vos não quero cansar o discurso, nem suspender a admiração, pergunto se ser o Rosário o meio mais eficaz para guardar os mandamentos de Deus é fazer bem-aventurados os que os guardam: não seria maior a sua eficácia e mais admirável a sua virtude se não só fizesse bem-aventurados os que guardam os mandamentos, senão também os que os não guardam? Claro está que sim. Pois, isto é o que de novo digo, e o que, se Deus me ajuda, hei de provar. A regra geral de Cristo é que os que guardarem os mandamentos de Deus alcançarão a bem-aventurança, porém, esta regra geral tem uma exceção que diz: Se a Virgem do Rosário não ordenar o contrário -- porque no tal caso até os que não guardaram os mandamentos serão bem-aventurados. Isto posto, com licença do benditíssimo Filho da mesma Virgem, assim como o Senhor replicou ao *beatus venter* dizendo: *quinimmo beati*, assim eu me atreverei a replicar também por parte da Senhora, e a trocar o lugar ao mesmo *quinimmo*. Cristo disse com regra geral por parte de Deus: *Beati qui audiunt verbum Dei et custodiunt illud* (2). E eu digo com exceção particular por parte da Mãe de Deus: *Quinimmo beatus venter qui te portavit* (3). Para declarar este altíssimo privilégio, que todo é graça, peçamos a da mesma Senhora: Ave Maria.

## CAPÍTULO II

Quando a misericórdia mais se parece com a injustiça tanto tem mais de misericórdia. Por que só aos misericordiosos e esmoleres prometeu Deus a bem-aventurança com nome de misericórdia? Toda a sentença do Juízo se vem a resolver em porque destes e porque não destes: se destes, absoltos, se não destes, condenados. O suborno da esmola. A injustiça de Pilatos e a injustiça do Eterno Padre. A misericórdia que não excede e encontra as leis da justiça é misericórdia vulgar. Em que fundou o Bom Ladrão a esperança de que havia de ser Cristo tão misericordioso com ele que lhe desse o seu reino?

*Beati qui audiunt verbum Dei et custodiunt illud. Quinimmo beatus venter qui te portavit.*

Então é maior a misericórdia, quando? Quando as ações da misericórdia se parecem com as da injustiça. A misericórdia e a justiça não são virtudes encontradas. Deus infinitamente justo e infinitamente misericordioso, tão misericordioso é como justo. Mas quanto a misericórdia tem menos de justiça, e quanto se parece mais com a injustiça, tanto tem mais de misericórdia.

Quando Cristo, Senhor e legislador supremo, promulgou a sua lei — que foi em outro monte, como Moisés — a todas as virtudes prometeu por prêmio a bem-aventurança, como aquele que só a podia dar e fazer bem-aventurados: *Beati pauperes, beati mites, beati qui lugent* (4) — e assim das demais. É, porém, muito digno de reparo que só aos misericordiosos e esmoleres prometeu a bem-aventurança com nome de misericórdia. Aos pobres de espírito prometeu a bem-aventurança com nome de reino; aos que choram seus pecados, com nome de consolação; aos que têm fome e sede, com nome de fartura; aos limpos de coração, com nome de vista de Deus; e só aos misericordiosos com nome de misericórdia: *Beati misericordes, quoniam ipsi misericordiam consequentur* (5). — Pois, se a bem-aventurança, que a nenhum homem é devida, em todos é misericórdia, por que só se chama misericórdia quando se dá aos misericordiosos e esmoleres? Porque só

neles é misericórdia de tal gênero que totalmente parece injustiça. Ouçamos a sentença do dia do Juízo: *Venite, benedicti Patris mei, possidete regnum: esurivi enim, et dedistis mihi manducare: sitivi, et dedistis mihi bibere* (Mt 25, 34 s). Vinde, benditos de meu Padre, para o reino do céu, porque tive fome e me destes de comer, tive sede, e me destes de beber. — Assim há de dizer o supremo Juiz aos da mão direita; e, voltando-se para os da esquerda, dirá também do mesmo modo: *Discedite a me maledicti in ignem aeternum: esurivi enim, et non dedistis mihi manducare: sitivi, et non dedistis mihi potum* (Mt 25, 41 s): Ide, malditos, para o fogo do inferno, porque tive fome, e não me destes de comer, tive sede, e não me destes de beber. — De sorte que toda a sentença do dia do Juízo, assim de uma como de outra parte, se vem a resolver em *dedistis mihi ou non dedistis mihi*. Se destes, absoltos, se não destes, condenados. E não é isto o que costumam fazer juizes injustos e subornados? Assim é, e tanto assim que não duvidou dizer S. João Crisóstomo: *Judex noster per pauperes corrumpitur* (6): que o nosso juiz, Cristo, se deixa subornar e corromper, e que os canos por onde recebe os subornos são os pobres a quem se dá a esmola. — E porque a misericórdia com que Deus dá a bem-aventurança aos esmoleres se parece tanto com a injustiça, por isso esta misericórdia, como singular, e não só grande, mas superior a todas, se chama por excelência misericórdia: *Beati misericordes, quoniam ipsi misericordiam consequentur*.

Mas ainda este exemplo, sendo tão grande e tão universal, é curto. Vamos ao maior de todos, e que só podia caber na imensidade do coração de Deus. A maior ação da misericórdia divina — e que ainda depois de obrada, só a pode crer a fé, e a razão não pode provar que era possível — foi a da Redenção do gênero humano por meio da Encarnação e Morte de seu próprio Filho. E que circunstâncias concorreram nesta prodigiosa resolução da misericórdia, que não pareçam manifestas injustiças? Vender o Filho, para resgatar o escravo? Condenar o inocente, para absolver o culpado? Matar o justo, para que vivesse o pecador? Se esta ação não fora de Deus, e a fizera o pai ou o rei mais santo, quem haveria que a não julgasse por injustíssima? Sem sair do mesmo caso: por que foi injusto Caifás? Por que foi injusto Herodes? Por que foi injusto mais que todos Pilatos, senão porque executou como sua esta mesma sentença? Se Pilatos em condenar a Cristo e absolver a Barrabás, cometeu a maior injustiça, que menos fez o Eterno Padre, condenando a seu Filho, para libertar os filhos de Adão do pecado de seu pai e dos seus? Mais digo. Pilatos lavou as mãos, mas o Eterno Padre não as pôde lavar. *Porque Pilatos obrou forçado, e o Eterno Padre muito por sua vontade: Pilatos confessou a inocência de Cristo: Innocens ego sum a sanguine justis hujus* (7) — e o Eterno Padre pôs em Cristo e sobre Cristo os pecados e maldades de todos os homens: *Posuit in eo iniquitatem omnium nostrum* (8). — Pois isto quer, isto resolve, isto manda, isto executa um Deus que é a mesma justiça, com tantas circunstancias ou aparências de injustiças? Sim, porque assim era necessário para sublimar e exaltar Deus a soberania da sua misericórdia sobre a mesma justiça. A misericórdia que não excede e encontra as leis da justiça, é misericórdia vulgar e quase indigna da piedade infinita de Deus. Qual é, logo, a misericórdia digna do seu coração, ou, como lhe chama Zacarias, das suas entranhas: *Per viscera misericordia Dei nostri* (9)? — É uma misericórdia que verdadeiramente pareça injustiça, e quanto mais semelhança tiver de injustiça, tanto mais terá de divina.

Assim o entendeu altamente Drogo Hostiense, e o declarou por boca do Bom Ladrão, como testemunha de vista. Em que fundou o Bom Ladrão esperança de que, sendo ladrão e malfeitor, havia de ser Cristo tão misericordioso com ele que lhe

desse o seu reino? Fundou-a não só na misericórdia de Cristo, mas no gênero de injustiça com que considerou que a sua mesma misericórdia o condenara: *Video in te magnam et tuam, hoc est, competentem tibi misericordiam, quae te mihi ad mei consimilem condescendere fecit miseriam. Ego digna factis recipio, tu autem quid fecisti? Video te mihi in poena similem, quem actu video tam dissimilem* (10): Vejo em vós, Senhor — diz o ladrão — vejo em vós, a quem já reconheço por Deus, uma misericórdia tão grande, tão divina, tão vossa, que só ela pode ser digna de quem vós sois, pois vos fez meu companheiro na mesma miséria. A mim pôs-me a justiça em uma cruz, e justamente, porque sou culpado: a vós pôs-vos a misericórdia em outra cruz, mas injustamente, porque sois a mesma inocência: e quando eu vejo que a vossa misericórdia foi tão injusta convosco que, sendo inocente, vos fez semelhante a mim na pena, por isso espero também que será tão injusta comigo que, sendo eu culpado, me faça semelhante a vós na glória. — Assim o considerou sutilmente o ladrão, e assim lhe sucedeu. De maneira que a semelhança de injustiça que o ladrão considerou na misericórdia que condenou a Cristo, essa foi a que lhe deu esperança de que a mesma misericórdia o salvaria a ele: *Video te mihi in poena similem, quem actu video tam dissimilem*. — E esta misericórdia, que tantas circunstâncias teve, ou tantas aparências de injusta, esta mesma, e por isso mesmo, foi a maior misericórdia, a mais alta, a mais divina e a mais digna de quem Deus é, que todas as suas: *Video in te magnam et tuam, hoc est, competentem tibi misericordiam*. — E se aquela misericórdia, que tanto se parece com a injustiça, é a misericórdia própria das entranhas de Deus: *Per viscera misericordiae Dei nostri* — não será muito que pareça também hoje injusta a misericórdia da que trouxe a Deus em suas entranhas: *Beatus venter qui te portavit*.

### CAPÍTULO III

As injustiças da Virgem, Senhora nossa, nas misericórdias do seu Rosário. O prodigioso caso da ressurreição de um rei condenado, como refere o Beato Alano. Propriedade e sentido das palavras de São Tiago: A misericórdia exalta e levanta a justiça. — O caso do eclesiástico Baslo, referido por S. Pedro Damiano.

Para que vejamos estas que parecem injustiças da Virgem, Senhora nossa, nas misericórdias do seu Rosário, infinitos são os exemplos que me ofereciam as Histórias Eclesiásticas, assim nas crônicas gerais e particulares da sagrada religião de S. Domingos, como em muitos outros autores, de que só os da nossa são mais de vinte. Deixados, pois, outros casos do mesmo gênero, só referirei um que, por real, deve preferir aos demais. Houve um grande rei, diz o Beato Alano, e cala o nome da pessoa e do reino por reverência da dignidade, a que o mesmo que se coroava com ela nenhum respeito nem decoro guardava (11). — Era mau e vicioso de todos os quatro costados, que são as quatro obrigações de que se compõe a dignidade real ou o rei digno. A primeira para com Deus, a segunda para com os estranhos, a terceira para com os vassallos, a quarta para consigo. Mas todos estes quatro elementos estavam corruptos naquele indigno príncipe, com que vinha a ser a peste da sua república. Para com Deus era ímpio e blasfemo; para com os estranhos ambicioso e soberbo; para com os vassallos avarento e cruel; e para consigo todo entregue às demasias da gula, e às outras intemperanças que desta se seguem. Assim viveu este monstro coroadado alguns anos, e assim — que assim havia de ser — veio a morrer sem emenda. Enquanto se celebravam as exéquias do corpo presente, foi apresentada a infeliz alma ante o tribunal divino, chorando os dois

anjos de sua guarda, e triunfando com tão grande presa a caterva dos demônios que a cercavam. Assistia ao pé do trono S. Miguel com a balança, e foi coisa maravilhosa, ou lastimosa, que pondo-se de uma parte infinitas más obras, da outra não houve uma só boa com que se contrapesassem. Condenado, pois, o miserável rei pelos pecados de rei, que eram os maiores, e pelos de homem, que eram gravíssimos, quando já os ministros infernais lhe iam arrebatando a alma para a levar e sepultar no inferno, eis que aparece cercada de resplendores a gloriosíssima Mãe de Deus com um Rosário na mão. E que Rosário era este? Coisa estranha, e não imaginada e de que no juízo se não tinha feito caso. Se algum sinal de cristandade havia dado o rei em sua vida, era trazer sempre pendente ao cinto um Rosário de contas grossas, as quais, porém, nunca rezava. Assim o nota e pondera o santo historiador, advertindo juntamente que, à imitação do rei, todos usavam também publicamente o Rosário, e não só por gala, ou cerimônia, como ele, porque todos o rezavam e ofereciam à Senhora. Este Rosário, pois, não rezado, mas ocasião somente de que outros o rezassem, pôs a Mãe de misericórdia por sua própria mão na outra parte da balança, e foi tal o peso que da mesma mão soberana tinha recebido, que logo a inclinou e levou abaixo, subindo a das más obras, como se foram mui leves. Aqui se acabou de entender então a verdade e propriedade com que tinha dito o apóstolo S. Tiago: *Misericórdia superexaltat iudicium* (12).

O sentido deste texto todos os padres e expositores entenderam sempre que queria dizer que a misericórdia prevalece e é superior à justiça, mas as palavras do mesmo texto parece que se não acomodam a este sentido, porque elas dizem que a misericórdia exalta e levanta a justiça: *Misericórdia superexaltat iudicium*. — Logo, se a justiça é a exaltada e levantada, ela é a que fica superior, e não a misericórdia. Por esta dificuldade são infinitas as disposições e ainda versões que se têm inventado para declarar o mesmo texto, mas todas violentas e impróprias. A própria e verdadeira é a que se mostra na balança, porque na balança a parte que sobe é a vencida e que fica debaixo, e a que desce a que prevalece e fica de cima. E este é o modo com que a misericórdia levanta a justiça: *Misericórdia superexaltat iudicium. Sicut in statera una lanx pondere aliquo depressa elevat alteram et adversam, ita misericórdia elevat iudicium* (13) — diz o Cardeal Caetano. E não é maravilha que entre os expositores ele desse unicamente neste pensamento, como doutor da família do Rosário, o qual Rosário no nosso caso o mostrou e confirmou com tão milagrosa experiência.

Mas que fariam os demônios à vista desta súbita mudança, tão contrária à vitória e ao despojo com que já triunfavam? Duas coisas refere a história, ambas notáveis: uma é que furiosos arremeteram à balança que tinham carregado com as más obras do rei, trabalhando com toda a força pela fazer descer, e que pesasse mais que o Rosário; a outra que, não aproveitando nada com todas as suas forças, atrevidos e blasfemos, clamaram contra a Senhora, dizendo a grandes vozes: *Maria injuste fecisti, fecisti inaequalitatem*: Maria, fizestes uma grande injustiça: isto não é razão nem igualdade. — Mas assim como Deus permite aos demônios que o blasfemem, sem por isso lhes dar novo castigo, assim a Mãe de Deus, não fazendo caso daquelas blasfêmias, e voltando-se para a alma do rei já livre da condenação, lhe disse que se tornasse a unir ao corpo, e que a vida que dali por diante se lhe concedia a empregasse em tais obras que satisfizessem a culpa e escândalo das primeiras. Assim se fez, e com assombro de toda a nobreza do reino, que assistia aos ofícios funerais, se levantou do túmulo o rei defunto vivo, dizendo em alta voz, e com as mãos levantadas ao céu: *O benedictum sit Rosarium Virginis Mariae, per*

*quod sum liberatus a damanatione gehennae!* Ó bendito seja o Rosário da Virgem, pelo qual fui livrado da condenação do inferno!

Este foi o prodigioso caso, de cujas circunstâncias só pede o nosso assunto que examinemos e ponderemos a alegação dos demônios, a qual, posto que atrevida e blasfema, parece que foi posta em razão, e justificada. E a justiça, e a razão nem ao demônio se há de negar. Em outro caso semelhante de um eclesiástico, por nome Baslo, cuja alma patrocinava a Virgem depois de morto, alegaram os demônios à mesma Senhora que, sendo Mãe da verdade e da eterna justiça, lhes não podia tirar as mãos aquele homem, que era seu. E, como em prova de que era seu, o acusassem de um pecado grave que nunca tinha confessado, diz S. Pedro Damiano — que é o autor da história — que, reconhecendo a Senhora ser assim, parara um pouco, e não replicara, como em reverência da verdade, posto que afirmada pelos pais da mentira: *Quod peccatum cum Beata Virgo licet ab authoribus mendacii veraciter recognovisset, modeste paulisper obticuit, et quadammodo veritati reverentiam praebuit.* — Assim que, sem ofensa da Mãe de Deus, posto que os demônios foram os que disseram: *Maria injuste fecisti* — nem por isso havemos de deixar sem exame as aparências da razão que tiveram; antes, será não só lícito, mas conveniente argumentar e instar pela mesma parte, para que as misericórdias da Senhora e do Rosário, quanto mais parecer que envolvem de injustiça, tanto mais gloriosamente nos manifestem quanto têm de excelente misericórdia.

## CAPÍTULO IV

Injustiça na salvação do rei por parte das leis. Se aquele rei não guardou as leis de Deus, como se não executou nele a pena das mesmas leis? A parábola da vinha e as pagas de justiça e de graça que ocasionaram a murmuração. A Virgem Santíssima, procuradora das dispensações e graças extraordinárias, segundo as palavras de S. Germano, Arcebispo de Constantinopla. O que fez o pai de famílias e o que fez a Mãe de Misericórdia, excedendo o que o mesmo Senhor manda.

Consideradas, pois, todas as circunstâncias da misericordiosa salvação, que referimos, do rei morto, condenado, absolto, ressuscitado, e finalmente salvos, por todas elas parece que foi a sentença injusta. Injusta por parte das leis, injusta por parte do réu, injusta por parte do Juiz, e mais injusta por parte da Advogada e do motivo, que foi a Senhora e o seu Rosário.

Começando pelas leis, basta por todas as do nosso Evangelho: *Beati qui audiunt verbum Dei et custodiunt illud.* — A lei universal de Cristo é que se salvem só os que guardarem os mandamentos de Deus, e que sejam condenados para sempre, e vão penar eternamente no inferno os que os não guardarem. Isto mesmo repetem a cada regra todas as Escrituras, e é artigo de fé. Pois, se aquele rei em toda a vida não guardou as leis de Deus, desprezando tão ímpia, tão insolente e tão escandalosamente, não só uma — que bastava — senão todas, e assim perseverou obstinado até à hora da morte, sem emenda nem arrependimento, como se não executou nele a pena das mesmas leis? Isto é que os demônios chamaram injustiça: *Maria injuste fecisti!* -- e o mesmo parece que tinham razão de dizer e clamar todos os condenados do inferno. Que Deus nos condenasse porque vivemos e morremos desobedientes a seus mandamentos, é muito justo: *Justus es, Domine, et rectum judicium tuum* (14)--- porém, que não haja de padecer a mesma pena quem cometeu as mesmas e maiores culpas, que justiça é esta? Até os bem-aventurados do céu podem fazer a mesma queixa. Naqueles operários da parábola de Cristo,

chamados à vinha a diferentes horas, são significados todos os que se salvam e não de salvar, porque todos receberam o denário, o qual se chama assim porque é a satisfação e prêmio com que Deus paga a observância dos dez mandamentos. E, contudo, diz o texto que depois de receberem esta paga alguns deles murmuravam contra o pai de famílias, que é Deus: *Accipientes murmurabant adversus patrem familias* (Mt 20, 11). — Mas se estes, que já tinham recebido a paga — como replica S. João Crisóstomo — se estes, que já tinham recebido a paga, já estavam no céu e já eram bem-aventurados, e o pai de famílias é Deus, como murmuraram contra o pai de famílias? No céu há murmuração, ou podem os bem-aventurados murmurar contra Deus? É certo que nem murmuram nem podem; mas declara a parábola, com a sem-razão deste nome a razão verdadeiramente aparente com que parece se podiam queixar da diferença e desigualdade que Deus usou entre uns e outros: *Hi novissimi una hora fecerunt, et pares illos nobis fecisti, qui portavimus pondus diei, et aestus* (Mt 20, 1 2)? — Estes vieram na última hora: nós suportamos todo o peso do dia e da calma, e no cabo fazeis-los iguais conosco? — Que diriam se falassem do nosso caso estes mesmos bem-aventurados? Se chamam desigualdade a levarem o mesmo prêmio os que trabalharam todo o dia na vinha e os que vieram a ela na última hora, que haviam de dizer comparados com o mau rei, que nem na última hora veio, antes todos os dias da sua vida tinha empregado todo o seu poder em arrancar, decepar e destruir a vinha? Vede se tinham aparente e mais que aparente ocasião para se queixar e murmurar da Mãe como do Pai, e dizer pelos mesmos termos à Senhora: *Fecisti inaequalitatem*.

Mas tais como estas são as que parecem injustiças da misericórdia de Deus e da Virgem do Rosário. O que respondeu o pai de famílias a um dos murmuradores em nome de todos foi: *Amice, non facio tibi injuriam: nonne ex denario convenisti mecum? Tolle quod tuum est, et vade: volo autem et huic novissimo dare sicut et tibi. Aut non licet mihi quod volo facere* (Mt 20, 13 ss)? Amigo, eu não te faço injúria, pois te paguei o que prometi, e ajustei contigo. E se pago igualmente a este que não trabalhou tanto, o que lhe dou demais a ele não o tiro a ti. Contenta-te com o que é teu, e do meu deixa-me fazer o que quero, pois me é lícito. — Esta foi a resposta do senhor da vinha, tão senhoril como justificada, e vem a dizer, em suma, que a liberalidade não é dívida, e que quando Deus usa de maior graça e de maior misericórdia com uns, nem por isso faz agravo ou injúria aos outros, porque a graça não é injúria nem a misericórdia injustiça. Mas, se assim é, como é, por que razão Cristo, Senhor nosso — que foi o sapientíssimo artífice da parábola, e a podia formar como quisesse — por que razão onde não havia injúria introduziu a queixa, e onde não havia injustiça, a murmuração? Por isso mesmo, dizem S. Jerônimo e S. Gregório. Porque queria o Senhor encarecer a mesma graça e a mesma misericórdia sua, que era o fim de toda a parábola, e a graça que pode parecer injúria, é maior graça; a misericórdia que pode parecer injustiça, é maior misericórdia. Tais são, como dizia, as graças e misericórdias de Deus, e principalmente quando o Senhor as concede por mão de sua Santíssima Mãe, e procuradas — como no nosso caso — pela mesma Senhora. É novo e não menor reparo na mesma parábola.

Quem saiu a chamar e conduzir os operários para a vinha, e quem fez o concerto com eles foi o mesmo pai de família: *Qui exiit primo mane conducere operarios in vineam suam* (15) — porém, as pagas que ocasionaram a murmuração mandou-as fazer pelo seu procurador. *Dixit procuratori suo* (Mt 20, 8). — Pois, se o pai de famílias fez os pactos por sua própria pessoa, as pagas porque as não fez também ele por sua mão? Porque eram pagas desiguais, umas de justiça, outras de



graça, e de tão excessiva graça, que deram ocasião à queixa. E posto que o fazer os pactos e as leis pertença primitivamente a Deus, que é o pai de famílias, quando essas leis se hão de exceder em parte, ou dispensar em todo, estas dispensações e graças extraordinárias não as costuma Deus fazer imediatamente por si mesmo, senão por mão do seu procurador, ou da nossa Procuradora, que é a Virgem Santíssima. Assim o dizem e apregoam expressa e encarecidamente S. Bernardo, S. Anselmo, S. Epifanio, S. Boaventura, e todos os santos em todos seus escritos. Bastem pelo testemunho de todas as palavras de S. Germano, Arcebispo de Constantinopla, que verdadeiramente são germaníssimas, falando com a mesma Senhora: *Quis post Filium tuum, ita humani generis curam gerit, sicut tu? Nullus enim est qui salvus fiat, o Sanctissima, nisi per te; nemo est qui liberetur a malis, nisi per te; nemo est, cujus misereatur gratia, nisi per te* (16). Quem há depois de vosso Filho, ó Virgem Santíssima, que assim procure o bem do gênero humano, como vós? Porque ninguém se salva, senão por vós; ninguém alcança misericórdia ou graça, senão por vós. -- De sorte que todas as graças e misericórdias que excedem as leis da justiça, e ainda parece que a encontram, não as faz Deus imediatamente por si mesmo, senão por mão de sua Santíssima Mãe, Mãe também e Procuradora nossa, como o fez o pai de famílias por mão do seu *Dixit procuratori suo*.

Isto quer dizer e encarecer aquele *nisi per te, nisi per te, nisi per te*, tantas vezes repetido. Mas, porque neste curar de nós e procurar de nós dá o santo o segundo lugar à Senhora e o primeiro a seu Filho: *Quis post Filium tuum, ita humani generis curam gerit, sicut tu* — parecia-me a mim que no nosso caso se devem trocar estes lugares. No caso da parábola o procurador só fez o que lhe mandou o senhor da vinha; porém, no nosso caso a nossa soberana procuradora não só excedeu o que o mesmo Senhor manda, mas procurou que se fizesse e conseguisse tudo o contrário. Comparemos em um e outro caso o que fez o Pai das misericórdias, que é o pai das famílias, com o que fez a Mãe de misericórdia, que é a Mãe do mesmo Pai. O pai de famílias, no caso da parábola, excedeu o justo: a Virgem Maria, no nosso caso, excedeu o injusto. Ora, notai. O pai de famílias aos que chamou em segundo lugar, e daí por diante, não lhes prometeu o jornal de todo o dia por inteiro, senão o que fosse justo: *Quod justum fuerit dabo vobis* (17). — E como aos que só serviram poucas horas ou uma só hora deu inteiramente o jornal de todo o dia, bem se vê que excedeu o justo. Porém, a Senhora, no nosso caso, indo por fora de todos os exemplos da parábola, e fazendo que o mesmo jornal e a mesma paga — que é o denário da bem-aventurança — se desse, não só a quem não tinha servido, mas a quem tanto tinha desservido e ofendido a Deus, como aquele mau rei, manifestamente excedeu o injusto. O dar a quem não serviu é liberalidade, mas o pagar a quem não serviu, é injustiça, porque a paga supõe serviço, assim como o prêmio supõe merecimento. E, se pagar a quem não serviu é uma injustiça, pagar a quem desserviu e ofendeu são duas, e não só é fazer, senão exceder o injusto. Isto, pois, que não mandou o pai de famílias nem fez o seu procurador, procurou a Senhora do Rosário, e fez que se executasse contra todas as leis gerais do que Deus manda. E quem haverá à vista deste excesso de misericórdia que, trocando a blasfêmia dos demônios em louvor digno de o cantarem os anjos, se não atreva a dizer confiadamente à sua Rainha e nossa: *Maria injuste fecisti*.

## CAPÍTULO V

Injusta a sentença da Virgem pela quebra da lei universal da morte. A ressurreição de Lázaro, ensaio particular das que Cristo depois havia de obrar em graça da Virgem Santíssima. Excelências da ressurreição do rei sobre a ressurreição de Lázaro.

O que só se pode responder é que a Senhora mandou ao rei que depois de ressuscitado emendasse na segunda vida os erros da primeira. Mas isto mesmo foi quebrar outra lei. A lei universal de Deus é que os homens não tenham mais que uma vida e uma morte: *Statutum est hominibus semel mori* (18). — Tanto assim que até o mesmo Rosário se não atreve a pedir à mesma Mãe de Deus outra coisa: *Sancta Maria, Mater Dei, ora pro nobis peccatoribus, nunc et in hora mortis nostrae*. — Pedimos à Mãe de Deus que rogue por nós pecadores, agora, que é esta vida, e mais na hora da morte; porém, depois da morte não pede tal coisa o Rosário. Mas não fora a Senhora do mesmo Rosário tão misericordiosa e tão poderosa como é, se nos não concedera o que pedimos e o que não pedimos também. Porventura Marta e Maria pediram a Cristo que ressuscitasse seu irmão? Nem tal pediram nem tal lhes passou pelo pensamento. O que só desejaram — e não pediram — foi que o Senhor lhe acudisse antes e morrer, e o sarasse da enfermidade. Assim o significava o recado: *Ecce quem amas infirmatur* (19) — e assim o disseram depois uma e outra: *Domine, si fuisses hic, frater meus non fuisset mortuus* (20). — Contudo, sem as irmãs se atreverem a pedir, nem ainda a esperar a ressurreição de seu irmão, o Senhor, movido de sua própria misericórdia, o ressuscitou. Por quê? Bem creio que nem a vós vos vem ao pensamento a razão. Mas a razão foi porque nesta ressurreição quis fazer um ensaio particular, e dar um testemunho público das que depois havia de obrar em graças de sua Santíssima Mãe.

Antes de Cristo nesta hora entrar em Betânia, parou e mandou por Marta, que ali o foi receber, que fosse chamar sua irmã Maria: *Magister adest, et vocat te* (21). -- Mas, se as duas irmãs tinham repartido entre si as duas cerimônias daquele ato, Marta, a da cortesia, saindo a receber o Senhor e Maria, a do nojo e sentimento, ficando encerrada em casa, por que a mandou o Senhor chamar, e quis que viesse primeiro? Excelentemente S. Pedro Crisólogo: *Mittitur Martha ad Mariam, quia sine Maria, nec fugari mors poterat, nec vita poterat reparari. Veniat Maria, veniat materni nominis bajula, ut videat homo Christum virginalis uteri habitasse secretum: quatenus prodeant ab inferis mortui, mortui exeant de sepulchris* (22). — Excelentemente outra vez. — Mandou o Senhor chamar a Maria, porque como Lázaro estava morto, e se lhe havia de restituir a vida, nem sem Maria se podia lançar fora a morte, nem a vida se podia restaurar sem Maria: *Quia sine Maria nec fugari mors poterat, nec vita poterat reparari*. — Notai muito aquele *nec poterat* duas vezes repetido. Não porque Cristo, soberano senhor da morte e da vida, não pudesse absolutamente dar agora a vida a este morto, como no fim do mundo a há de dar a todos, mas porque estes mesmos poderes os tem comunicado a sua Mãe com tão irrevogável delegação que, assim como a Senhora não pode dispor da morte e da vida sem o concurso superior de seu Filho, assim o Senhor o não faz jamais sem companhia de sua Mãe. De sorte que esta ressurreição — diz Crisólogo — não se fez em graça de Maria, irmã de Lázaro, senão por graça e privilégio de Maria, Mãe de Deus: *Veniat Maria, veniat materni nominis bajula. E para quê? Que o porquê já está dito: Ut videat homo Christum virginalis uteri habitasse secretum, quatenus ab inferis prodeant mortui, mortui exeant de sepulchris*. — Agora acabou de dizer o santo o que só faltava para a inteira propriedade do nosso caso: Para que entendam os homens que o fim por

que Deus se fez homem no sacrário virginal do ventre de Maria foi para que as almas dos mortos subam do inferno, e os corpos saiam vivos das sepulturas: *Quatenus ab inferis prodeant mortui, mortui exeant, de sepulchris.*

Isto é o que a Senhora do Rosário obrou no nosso caso, com maior privilégio e maior milagre que o da ressurreição de Lázaro. Porque, sendo Lázaro morto e o rei, também morto, iguais na ressurreição, o inferno de que o Senhor livrou a alma de Lázaro era o limbo, porém, o de que a Senhora livrou a alma do rei era propriamente o inferno dos condenados, a que já estava também condenado por sentença do supremo Juiz: *Quatenus ab inferis prodeant mortui.* — Duas vidas deveu Lázaro a Cristo: a primeira de que morreu enfermo; a segunda de que morreu mártir, em ambas santo. Mas as duas vidas que o rei deveu à Senhora têm muito mais de misericórdia, porque não tiveram nada de justiça. A um homem que viveu e morreu justo, justamente se lhe torna a dar vida; mas a um rei, o qual tem maiores obrigações que as de homem, depois de viver e morrer em tantas e tão enormes maldades, sem nenhum arrependimento delas, com que justiça se lhe pode perdoar uma vida, e conceder outra? Mas estes são os excessos de misericórdia com que a Senhora qualifica as do seu Rosário. Vede com quanta razão podia dizer este rei com o rei Davi: *Melior est misericordia tua super vitas: labia mea laudabunt te* (23). — Eu, Virgem do Rosário ainda que o trazia comigo, a minha boca não o rezava; mas ela daqui por diante o fará: *Labia mea laudabunt te* — confessando que à vossa misericórdia não só devo a vida, senão as vidas: *Melior est misericordia tua super vitas.* — As vidas que deveu Lázaro a vosso Filho foram grande misericórdia; mas as vidas que eu vos devo, uma tão boa sobre outra tão má, uma tão pouco merecida, sobre outra de tanto desmerecimento, ainda são maior misericórdia em vós, como melhor em mim: *Melior est misericordia tua super vitas.* — Assim o conta e canta el-rei Davi, como se falara literalmente do nosso, e por isso conclui milagrosamente o mesmo salmo com a alegria e triunfo do rei, e com a tristeza e confusão dos demônios, que lhe queriam levar a alma, e tornaram sem ela para o inferno: *Ipsi vero in vanum quaesierunt animam meam: introibunt in inferiora terrae; partes vulpium erunt. Rex vero laetabitur in Deo* (24)?

## CAPÍTULO VI

Injusta a sentença da Virgem por parte do réu. O Rosário trazido e rezado é devoção; mas não rezado e trazido é hipocrisia. A condenação daquela má mulher do Apocalipse, chamada por S. João a mãe de todas as torpezas. A diferente aceitação dos sacrifícios da lei antiga. Bons exteriores com mau interior são hipocrisias. A condenação da hipocrisia, pecado que Deus mais aborrece.

A segunda circunstância que, parece, faz injusta esta misericórdia, é a consideração do réu. Já vimos quão escandalosa era a vida daquele mau rei, e quão estragada em todo o gênero de vícios, sem outra aparência de piedade cristã mais que trazer o Rosário no cinto. Mas esta mesma aparência de piedade o fazia mais ímpio e mais réu: *Reatus impii est pium nomen* — disse sentenciosamente S. Salviano. E dá a razão muito própria do nosso caso: *Magis damnabilis est malitia quam titulus bonitatis accusat.* — Os pecados que cometia o rei não se acusavam uns aos outros; mas aquela espécie de bondade estava sempre acusando as suas maldades, e as mesmas contas do Rosário, com que as queria dissimular, eram cento e cinqüenta testemunhas contestes que o condenavam. Pois, se por isto mesmo era mais digno de condenação — *magis damnabilis* — como foi essa mesma

a causa de não ser condenado? Absolver pela mesma razão de condenar, como pode ser justiça? Apertemos bem este ponto, e passemos-lhe o Rosário do cinto ao pescoço, que o cinto e o Rosário ambos podem ser laço.

O Rosário trazido e rezado é devoção, mas não rezado e trazido é hipocrisia: *Omnis hypocrita palliat sanctitatem in veste, quam non habet in mente*: O hipócrita — diz S. Bernardo -- traz a santidade no vestido, porque a não tem no espírito. — E tal era a hipocrisia deste rei. Vestia o Rosário, mas não o rezava. Que importa trazer os mistérios nas contas, se as contas não se rezam nem os mistérios se meditam? Eram os quinze mistérios deste Rosário como o mistério que trazia escrito na testa aquela má mulher do Apocalipse, vestida de púrpura, chamada por S. João a mãe de todas as torpezas e maldades, com quem pudera ser bem casado este rei. E se ela foi condenada justíssimamente, como pôde ele ser absolto com justiça? Chamou um anjo a S. João para que fosse ver a condenação daquela má mulher: *Veni, ostendam tibi damnationem meretricis magnae* (25). — E do mesmo modo nos chama a nós a Rainha dos Anjos, para que venhamos ver a absolvição deste mau homem. Posto, pois, o absolto à vista da condenada, e sendo as culpas de ambos tão semelhantes, que juízo se pode fazer de uma e outra sentença? Se a condenação executada em um dos réus foi tão justificada, a absolvição concedida a outro, como pode ser justa, não havendo de diferença mais que um Rosário não rezado?

Acrescento que, ainda que fora rezado, e bem rezado, sendo o rei tão mau como era, aquele ato de religião somente exterior não podia ser grato a Deus. A história só diz que o Rosário era grande, mas não diz de que matéria fosse: *Portabat illud, et quidem magnum in zona sua, quod tamen non recitabat*. — e eu digo que, ainda que o rezasse, e o Rosário fosse de calambuco ou de âmbar, não podia cheirar bem a Deus. Do sacrifício que ofereceu Noé depois do dilúvio diz a Escritura que subiu a Deus- um cheiro muito suave: *Odoratus est Dominus odorem suavitatis* (26). — E, pelo contrário, dos sacrifícios que se ofereciam a Deus no Templo em tempo de Isaías diz o mesmo Isaías que o incenso era abominável a Deus: *Ne offeratis ultra sacrificium frustra: incensum abominatio est mihi* (27). Os sacrifícios antigos, ou na lei da natureza, como o de Noé, ou na lei escrita, como os do Templo, não eram outra coisa que umas reses lançadas no fogo e queimadas. Pois, o cheiro das reses queimadas era suave a Deus, e o cheiro do incenso abominável? Sim. Porque o olfato de Deus é muito diverso do nosso (28). Noé era santo, os sacerdotes do Templo eram sacrílegos, e tudo o que oferecem os bons, ainda que seja carne queimada, cheira bem a Deus; pelo contrário, tudo o que oferecem os maus, ainda que sejam incensos e timiamas, cheira-lhe muito mal. O mesmo passa no Rosário. Ainda que as contas sejam calambuco, e o que se reza por elas sejam rosas, se o que o reza é mau, não podem cheirar bem, nem ser gratas a Deus.

A razão não é outra senão a que dizíamos. Bons exteriores com mau interior são hipocrisias; e este é o pecado que Deus mais aborrece, mais abomina, menos perdoa e mais condena. Seis vezes repete Cristo no Evangelho: *Vae vobis hypocritae, vae vobis hypocritae* (29)— o que não diz de algum outro vício, nem de todos juntos. E por que razão? Porque aquele vae na boca do supremo Juiz é sentença de condenação abreviada em um ai, que depois será estendido por toda a eternidade, e os hipócritas, como os que não têm fé, antes da condenação já estão condenados: *Qui non credit, jam judicatus est* (30). — Tanto assim que no foro judicial do tribunal divino hipócrita quer dizer condenado, e condenado quer dizer hipócrita. Segundo este formulário falou Isaías, que é o mais curial de todos os profetas: *Possedit tremor hypocritas. Quis poterit habitare de vobis cum igne*

*devorante? Quis habitabit ex vobis cum ardoribus sempiternis (31)?* — E o que mais é, o mesmo juiz, Cristo, falando da condenação do mau servo: *Dividet eum, partemque ejus ponet cum hypocritis: illic erit fletus et stridor dentium (32)*. — Pois, se esta é a justiça do Filho, por tantos e tão temerosos modos ratificada, como pode fazer o contrário justamente a misericórdia da Mãe? Aquele Rosário, que foi todo o fundamento ou motivo da absolvição do réu, não só era hipocrisia, senão dobrada hipocrisia. Uma vez hipócrita dos outros vícios, porque, sendo o rei ímpio e blasfemo, o ostentava devoto; e hipócrita de si mesmo, porque, sendo somente ostentado, e não rezado, fingia-se Rosário sem ser Rosário. E sendo aquela falsa ostentação dobrada hipocrisia, e por isso dobrada causa de justa condenação, com que justiça podia ser absolto o réu, e absolto depois de já condenado? Assim o diz declaradamente a história: *Cum contra eum daretur sententia condemnationis*. — Eu não nego que a Virgem, Senhora nossa, é a única esperança de todos os pecadores, mas também é certo que se tira por exceção a esperança dos hipócritas, como está escrito no livro de Jó: *Spes hypocritae peribit (33)*.

## CAPÍTULO VII

Justificação da injustiça. O grande peso que tem diante de Deus os bons exteriores dos reis. A humildade exterior de el-rei Acab. O Rosário que o rei trazia no cinto, e a sarça ardente do deserto. A espada de dois fios do Apocalipse. Como podia ser que um Rosário não rezado produzisse Rosários rezados? Razões de justiça e igualdade que teve da parte da Senhora aquele excesso de misericórdia, que os demônios acusavam de injusta.

Todas estas aparências de injusta teve no nosso caso a misericórdia da Senhora do Rosário, considerada da parte do réu. E se por isso foi maior misericórdia, sendo o réu tão digno de condenação, nem por isso foi menos justificada. Por quê? Porque, ainda que era réu, era rei. Bem vejo que vos admira a resposta; mas a razão dela é porque têm grande peso diante de Deus os bens exteriores dos reis, ainda quando lhes falta o interior da virtude. Mandou Deus pelo profeta Elias notificar a el-rei Acab a pena de talião em castigo da injusta morte que tinha dado ao inocente Nabot, com tantas circunstâncias de tirania; e como Acab rasgasse a púrpura, e se vestisse de saco, e cobrisse a cabeça de cinza, bastou esta demonstração para Deus suspender a sentença. Agora pergunto: esta demonstração de penitência em Acab foi verdadeira penitência? Não, que assim o mostraram logo os efeitos. E a verdadeira penitência não consiste em rasgar e mudar os vestidos, senão em mudar e rasgar o coração: *Scindite corda vestra, et non vestimenta vestra (34)*. — Pois, se não foi verdadeira penitência, por que suspendeu Deus o castigo? Porque Acab era rei, e ainda que no interior não estava penitente, os exteriores eram de penitência. Assim o disse Deus ao mesmo Elias: *Nonne vidisti humiliatum Achab (3 Rs 21, 29)?* Não viste humilhado a Acab? — Humilhado disse, e não humilde, porque a humildade é o interior da humilhação, assim como a humilhação é o exterior da humildade. E bastou que o rei se mostrasse penitente neste exterior, ainda que o interior lhe faltasse, para que Deus suspendesse a sentença.

E, se nos é lícito entrar nos arcanos dos conselhos divinos, e inquirir que motivos tenha Deus para usar desta razão de estado com os reis, o mesmo Deus a declarou naquela palavra vidisti: — *Nonne vidisti humiliatum Achab?* Não viste humilhado a Acab? — Do que os súditos vêem no rei tira Deus grandes

conseqüências, e tem grandes utilidades. E tais foram as que a Senhora considerou e estimou no Rosário do nosso rei. Porque, ainda que não era Rosário rezado, era Rosário visto. Tão poderosos são os bons exteriores dos reis, e tão eficaz é nos vassallos a vista só dos mesmos exteriores! São os reis como a serpente de Moisés levantada no meio do povo, que bastava porem os olhos nela, e ser vista, para dar saúde a quantos a viam: *Pone eum pro signo: qui percussus aspexerit eum* (35). — São os reis como os protótipos e exemplares, que somente vistos, e sem obrar, dirigem as ações do artífice, e aperfeiçoam as obras: *Inspice, et fac secundum exemplar quod tibi in monte monstratum est* (36). — Por isso os hebreus, sendo governados por Deus, pediram rei que fosse diante deles: *Da nobis regem, et egredietur ante nos* (37) — porque Deus era rei invisível, e queriam rei que pudessem ver. E por isso el-rei Davi, pedindo a Deus mercês extraordinárias, o que alegava era que o veriam: *Videbunt me, et laetabuntur, quia in verba tua supersperavi*: (38). — Donde infere elegantemente S. Ambrósio: *Quam pulchrum ergo: si videaris, ut prosis?* — Porque não pode haver coisa mais gloriosa que aproveitar a muitos só com ser visto. Isto era o que fazia aquele rei com o Rosário que trazia publicamente à vista de todos, bastando só que fosse visto, posto que não rezado, para que os demais o rezassem, como não só refere, mas pondera o mesmo historiador: *Videntes universi regem suum Rosarium portare, fecerunt et ipsi similiter, et quod magis est, illud orabant*.

Notai muito estas últimas palavras. Porque o rei trazia o Rosário, todos o traziam; e, posto que ele o não rezava, todos o rezavam. Quando Moisés viu o fogo na sarça, e que a sarça não se queimava, disse: *Vadam, et videbo visionem hanc magnam* (Ex 3, 3): Quero ir ver esta grande visão. — Ide embora, Moisés, e vede bem que essa visão ainda tem mais que ver. Dizeis que é grande visão, mas ainda é maior. E por que era aquela visão maior que grande? Era grande, porque estando o fogo na sarça não queimava a sarça, e era maior, porque onde estava não queimava, e onde não estava santificava. Não queimava a sarça, e santificava a terra: *Locus enim, in quo stas, terra sancta est* (39). — Tal era o Rosário que o rei trazia no cinto: a ele que o não rezava, não fazia devoto, mas fazia devotos aos vassallos que o viam e o rezavam: a ele não fazia santo, porque continuava nos vícios, e à sua terra e ao seu reino santificava, porque, rezando o Rosário, viviam cristãmente: *Locus, in quo stas, terra sancta est*. — Vede o que faz um Rosário trazido no cinto do rei e visto nele, posto que não rezado.

Falando o profeta Rei com outro Rei maior que ele, disse-lhe que cingisse a espada, porque só a vista de lha verem cingida seria tão poderosa que renderia tudo: *Accingere gladio tuo super femur tuum, potentissime. Specie tua et pulchritudine tua intende, prospere procede, et regna* (40). — Porém, S. João, no seu Apocalipse, vendo este mesmo rei — que era o Rei dos reis — viu que trazia a espada na boca, e que era espada de dois fios: *Et de ore ejus gladius utraque parte acutus exhibat* (41). — E que espada é esta, que não se traz na mão, senão na boca, ou na cinta? Outros lhe dão vários sentidos, todos alegóricos, mas nas circunstâncias do nosso discurso nenhum lhe quadra melhor que ser o Rosário. É o Rosário espada de dois fios, porque, como muitas vezes dissemos, por uma parte é oração vocal, e por outra oração mental; e porque por ambas as partes é oração, por ambas é espada. Se esta espada se traz na boca, é o Rosário rezado; se traz cingida, é o Rosário no cinto, como o trazia este rei. Mas basta que se traga no cinto, para ser, não só poderoso, mas poderosíssimo: *Accingere gladio tuo super femur tuum, potentissime* — basta que se traga no cinto, para que só com a sua vista

consiga o rei felizmente todos seus intentos: *Specie tua et pulchritudine tua intende, prospere procede, et regna.*

Os intentos, pois, do nosso rei, em tudo o mais nada pio, eram, como diz a sua lenda, de promover e cultivar a devoção do Rosário: *Volens familiam suam inducere ad orandum Beatae Mariae Virginis Rosarium.* — O meio que tomou para esta pia cultura e lavoura do céu na terra, foi semear o mesmo Rosário nos olhos dos seus vassallos. Lá diz a Escritura que o semear nas lágrimas tem muito certa e abundante a colheita: *Qui seminant in lachrymis, in exultatione metent* (42). — Mas o rei; com invento novo, semeava o Rosário nos olhos, que por isso o trazia sempre à vista, e de contas muito grandes, para que todos as vissem. E com esta vista só — *specie tua* — conseguiu tão felizmente o seu intento — *intende prospere* — que primeiro no seu mesmo palácio — que é a terra mais estéril — e depois em toda a corte e, ultimamente, em todo o reino, nasceu, cresceu e se dilatou a devoção do Rosário, não só visto, mas rezado, porém, rezado nos vassallos porque visto no rei.

Mas, como podia ser que um Rosário não rezado produzisse Rosários rezados? A dúvida é vossa e minha; a resposta é de Cristo. Ponderou Cristo, Senhor nosso, que o grão de trigo morto dá muito fruto: *Si mortuum fuerit, multum frutum affert* (43) — e neste caso imitou a graça a natureza. O Rosário que trazia o rei era morto, porque o não rezava; semeado, porém, nos olhos dos vassallos, produziu frutos vivos e muitos. Nem podia deixar de ser, sendo o lavrador soberano. Quando os antigos cônsules de Roma, depois de levarem diante de si as varas e as segures, tornavam a cultivar o seu campo diz Plínio que, vendo-se a terra lavrar com arados laureados, respondia com mais copiosas novidades. O mesmo acontecia ao nosso lavrador corado na cultura das suas terras. Com cada conta — que na língua latina se chama grana — ia semeando Rosários; e assim como no ano de mil e quinhentos e setenta e cinco nasceu em Hibérnia uma árvore que dava Rosários inteiros e enfiados por fruto, assim foram infinitos os que daquele Rosário do rei nasceram e se multiplicaram em todo o seu reino. De cada conta nascia uma árvore, de cada Rosário rosários sem conto.

E daqui se fica bem entendendo a razão de justiça e igualdade, ou, quando menos de eqüidade, que teve da parte da Senhora aquele excesso de misericórdia que os demônios *acusavam de injusta e iníqua: Fecisti injuste, fecisti inaequitatem.* — Verdadeiramente parecia grande desigualdade que, posto um só Rosário na balança, e esse não rezado, pesasse tanto como todas as maldades do rei. Mas não era assim, porque aquele Rosário não era um só Rosário, senão um número grandíssimo de Rosários, quantos eram os vassallos do rei que à sua imitação o traziam. E não era um só Rosário não rezado, senão muitos, e rezados, porque todos supondo, pelo que viam no exterior, que o rei o rezava, eles também o rezavam. E, finalmente, não era um só Rosário junto com más obras, senão uma grande multidão de Rosários juntos nos que devotamente o rezavam, com muito boas obras a que a virtude do mesmo Rosário os excitava. E como estes efeitos de piedade e religião eram conseqüências do Rosário que o rei trazia publicamente a fim de promover em todo o seu reino a devoção da Senhora, sendo o mesmo exemplo do rei um pregão mais poderoso que qualquer outro preceito ou lei com que eficazmente obrigava os vassallos, e o mesmo Rosário um pregador mudo, mais eficaz que toda a eloquência, com que todos os dias os excitava, ensinava e persuadia a ser o que ele não era, não há dúvida que esta demonstração tão continuada em um rei, posto que não chegasse a ser merecimento, era, contudo, uma disposição muito relevante diante de Deus e de sua Mãe, para vir a conseguir ultimamente a grande misericórdia que alcançou.

Não rezava o Rosário, é verdade, mas considero eu, que por este modo rezava o Miserere; se bem com a ordem trocada. Para Davi alcançar perdão de seus pecados, não só pedia a Deus a sua misericórdia grande, senão a multidão de suas misericórdias: *Miserere mei, Deus, secundum magnam misericordiam tuam; et secundum multitudinem miserationum tuarum, dele iniquitatem meam* (44). — E que é o que oferecia e prometia a Deus este rei pecador quando tanto lhe pedia? Oferecia e prometia a Deus que, em agradecimento ou recompensa de tamanhas misericórdias, ensinaria os maus a ser bons e os ímpios a ser pios: *Docebo iniquos vias tuas, et impii ad te convertentur* (45). — Por aqui acabou Davi aquela sua petição, e por aqui começou o nosso rei a sua. Com o exemplo do seu Rosário pregava todos os dias a devoção do Rosário a seus vassalos; e por meio do mesmo Rosário ensinava-os a conhecer os erros dos caminhos de suas vidas: *Docebo iniquos vias tuas* — e que, tendo sido ímpios, se convertessem a Deus: *Et impii ad te convertentur*. — E como este rei fazia o que o rei Davi prometia a Deus, injustamente é acusada a Senhora de que por aquele grande Rosário lhe alcançasse a misericórdia grande: *Miserere mei secundum magnam misericordiam tuam* — e que por aquela multidão de Rosários lhe alcançasse a multidão de misericórdias: *Et secundum multitudinem miserationum tuarum, dele iniquitatem meam*.

## CAPÍTULO VIII

Terceira circunstância que, parece, faz injusta a misericórdia da Virgem para com o rei condenado: a injustiça por parte do juiz. Perdoar o réu depois de condenado foi condenar a condenação, e não cai esta segunda condenação sobre o julgado, senão sobre o juiz. A maior injustiça que Pilatos usou com Cristo foi julgar que pelos mesmos autos podia condená-lo ou absolvê-lo, como aconteceu com este rei, pelos mesmos autos condenado e absolto.

A terceira circunstância, que será também a última — porque as outras duas que propus, vão insertas nestas três — é da parte do juiz. E nesta parte tanto mais aparências tem de injustiça a sentença e absolvição do rei quanto o juiz que primeiro o condenou, e depois o absolveu, não só é justo, senão a mesma justiça. Ameaçando Davi aos reis, e avisando-os que vejam como vivem e como satisfazem as suas obrigações: *Et nunc, reges, intelligite; eru-dimini, qui judicatis terram* (46) — o que principalmente lhes põe diante dos olhos é que a vara do juiz que os há de julgar é de ferro: *Reges eos in virga ferrea* (47). — De ferro, porque é vara que se não dobra, e de ferro, porque eles são vasos de barro, e os pode quebrar facilmente: *Et tanquam vas figuli confriges eos* (48). — Pois, se a vara do supremo Juiz é tão reta que se não dobra, e tão forte que ninguém a pode dobrar, como se dobrou tão de repente no nosso caso? E se os reis, como mais poderosos, são aqueles a quem principalmente ameaça a justiça desta vara, como essa mesma justiça se trocou de tal sorte em tudo, que, tendo condenado um rei morto segundo o merecimento de seus delitos, condenado, o absolveu do inferno, morto, o restituiu à vida. A primeira sentença não há dúvida que foi justa e justíssima. E se foi justa e justíssima a primeira, como pode não ser injusta a segunda? Perdoar-lhe depois de condenado, não foi absolver o réu, foi condenar a condenação; e já não cai a segunda condenação sobre o julgado, senão sobre o juiz e sobre a sentença.



O tempo e lugar em que foi revogada, ainda se opõe mais às leis da justiça, porque foi em tempo em que já não tem lugar a misericórdia. Pede misericórdia a Igreja ao justo Juiz, mas quando ou para quando lha pede? *Iuste iudex ultionis, donum fac remissionis ante diem rationis*: Antes do dia da conta se pode alcançar perdão do justo Juiz; mas depois e tomada a conta, examinada a causa e pronunciada a sentença em juízo, donde não há apelação, instando e clamando a parte, e pedindo justiça, como se lhe pode negar justamente? O Rosário, que apareceu depois, nenhum merecimento acrescentou à causa, nem fez variedade nela, porque ainda que foi novo para os acusadores, não foi novo para o juiz, de quem nada se esconde. Pois, se o processo e os autos na primeira e na segunda sentença eram os mesmos, como podiam ser ambas justas, sendo tão contrárias?

E se não, consideremos ao mesmo juiz como juiz e como julgado. Assim o considera Santo Agostinho elegantemente: *Sedebit iudex qui stetit sub iudice, et damnabit reos qui falso damnatus est reus*: No juízo universal, em que Cristo há de julgar a todos, e no particular, em que julga a cada um estará assentado como juiz o que já esteve em pé diante do juiz, e condenará justamente os réus o que injustamente foi condenado por réu. — Mas em que consistiu esta injustiça que Pilatos usou com Cristo? Todos dizem que em condenar o inocente conhecido por tal; e assim foi na execução. Porém, no ditame do juízo, em que propriamente consiste a justiça ou injustiça, ainda foi mais injusto juiz Pilatos. E por quê? Por que julgou que pelos mesmos autos podia condenar ou absolver a Cristo: Nescis — lhe disse — *quia potestatem habeo crucifigere te, et potestatem habeo dimittere te* (Jo 19, 10)? Não sabes que tenho poder para te crucificar, e que tenho poder para te absolver? — Não, Pilatos: não sabe isso Cristo, ainda que sabe tanto como Deus. O juiz só pode condenar o culpado sendo culpado, e absolver o inocente sendo inocente; mas condenar ou absolver o mesmo homem pelos mesmos autos, isso não pode ser em nenhum juízo. E isto que não pode ser é que o temos no nosso caso. O mesmo rei, e pelos mesmos autos condenado, e o mesmo rei e pelos mesmos autos absolto? E que isto fizesse, não outro, senão aquele mesmo juiz de quem cantam as Escrituras: *Cum sancto sanctus eris, et cum viro innocente innocens eris, et cum electo electus eris, et cum perverso perverteris* (49)! — Se cada um na sua boa ou má vida leva consigo a sua boa ou má sentença ao juízo de Deus, como no mesmo juízo de Deus um rei de tão má vida levou primeiro a má sentença, e logo a boa?

## CAPÍTULO IX

Como se há de entender o texto de Davi: *Cum sancto sanctus eris, cum perverso perverteris*? Quando perverte o juiz no juízo? A aparente perversão da autoridade e patrocínio da Mãe de Deus. A vara de Cristo juiz e a vara de Moisés. O povo e reino de Judá comparado ao barro que está na mão do oleiro e que ainda não foi ao fogo. Os vasos de ira e os vasos de misericórdia.

Tudo o que até aqui argüimos contra a justiça do Filho foram encarecimentos da misericórdia da Mãe e dos poderes do seu Rosário. E tudo no mesmo Rosário, na mesma Mãe, e no mesmo Filho tão justificado, como agora veremos, por mais que as vozes do inferno clamem blasfemamente: *Iniuste fecisti*. — Respondendo, pois, e começando pelo último texto, que ainda nos atoa aos ouvidos como tão famoso, confesso que, no sentido em que o aleguei, tem por si todos os doutores. Mas para que eu o interprete diferentemente, basta-me o mesmo exemplo em que estamos,

como ação do próprio legislador, que é o melhor intérprete das suas leis. Que quer dizer: *Cum sancto sanctus eris, etc. et cum perverso perverteris*? Quer dizer — dizem todos — que como cada um se houver com Deus assim o experimentará consigo: se for bom, será Deus para com ele bom: *Cum sancto sanctus eris* — e se for mau, será Deus para com ele mau, isto é, rigoroso: *Cum perverso perverteris*.— Eu não digo assim. Digo que quer dizer o profeta que é Deus tão justo e tão misericordioso com todos que, para os bons, será bom, que isso é ser justo, e para os maus também será bom que isso é ser misericordioso. Não diz Cristo, alegando-nos o exemplo de seu Padre: *Qui solem suum oriri facit super bonos et malos* (50)? — Pois o mesmo digo eu no nosso exemplo, e o provo com as mesmas palavras do texto: *Cum perverso perverteris* — diz que Deus no juízo com o perverso perverterá; e quando perverte o juiz no juízo? Quando julga conforme a lei? Não. Quando julga contra ela então é que perverte, porque perverte a lei, perverte a ordem, perverte a regra com que se devera conformar. Isto é, pois, o que diz o texto, e isto é o que fez Cristo no nosso caso, dispensando como juiz e legislador supremo na sua mesma lei. O rei era mau, e Cristo foi para com ele bom; o rei era perverso, e Cristo também perverteu: *Cum perverso perverteris*.

Mas notai que o texto não diz somente que perverterá, senão própria e nomeadamente que será pervertido. Isso é perverteris. E assim sucedeu no nosso caso. Porque, se Cristo perverteu a lei, sua Mãe o perverteu a ele, ou o obrigou a que a pervertesse. Mas nem por isso injustamente. Antes, daqui se segue que, entrando nesta mudança a autoridade e patrocínio da Mãe de Deus, o que parece perversão não foi perversão, mas razão: *Perversio, quam putas, ratio est* ( \* ) — disse em outro pleito Tertuliano. E a razão de ser razão uma e outra sentença, sendo tão diversas, qual é? Porque na primeira julgou Cristo como justo; na segunda como misericordioso. Chama-se Deus nas Escrituras Deus dos castigos e Pai das misericórdias: *Deus ultionum, Pater misericordiarum* (Sl 93, 1; 2 Cor 1, 3). — E por que dos castigos Deus, e das misericórdias Pai? Porque as misericórdias nascem dele; os castigos não nascem dele, nascem de nós. É o que também disse o mesmo Tertuliano profundamente: *Deus de suo optimus, de nostro justus* (51): O ser bom e o fazer bem tem-no Deus de si; o ser justo ou o fazer justiça vem-lhe de nós. — E essas foram as duas razões, ambas justificadas, de uma e de outra sentença. Na primeira condenou o rei, como Deus justo, por suas culpas; na segunda absolveu-o sem merecimentos seus, como Pai das misericórdias. Mas de tal modo como Pai, que a misericórdia neste caso foi filha de Pai e Mãe: de Mãe, porque a Mãe das misericórdias a pediu; de Pai, porque o Pai das misericórdias a concedeu.

Contudo, parece que ainda está em pé aquele primeiro texto da vara de ferro: *Reges eos in virga ferrea* (52). — Se a vara de Cristo juiz se chama de ferro, porque se não dobra, nem há quem a possa dobrar, como se dobrou tão facilmente? Não dobrou. A misericórdia não é contrária à justiça, nem a justiça à misericórdia. Foram dois golpes da mesma vara, mas ambos retos. Moisés com a sua vara bateu duas vezes a pederneira, e do segundo golpe saíram fontes: *Percutiens virga bis silicem, egressae sunt aquae largissimae* (53). — Se do segundo golpe, que foi o milagroso, saíram fontes, do primeiro, que foi natural, sendo pederneira, por que não saíram faíscas? Porque a vara de Moisés não era de ferro; porém, a de Cristo, que era de ferro: *In virga ferrea* — obrou conforme a natureza da vara, e conforme a da mão que a movia. No primeiro golpe, que foi natural, tirou faíscas, e condenou o rei ao fogo do inferno; e no segundo, que foi o milagroso, tirou fontes com que apagou o mesmo fogo, de que o absolveu e livrou. Nem faz em contrário o que acrescenta o mesmo texto. *Et tanquam vas figuli confringes eos* (54) — antes acrescenta maior

primor e nova propriedade à comparação. Diz que desfará com a vara de ferro os maus reis, não como quaisquer vasos de barro, senão como aqueles que ainda estão nas mãos ou na oficina do oleiro: *Tanquam vas figuli*. — E que diferença há de um barro a outro barro, e de uns vasos a outros? Muito grande. O barro que está na mão do oficial, ou na oficina, e ainda não foi ao fogo, pode-se reformar; porém, depois que foi ao fogo, já não tem remédio. Não é a semelhança e a diferença menos que do mesmo Deus.

Mandou Deus ao profeta Jeremias que fosse à oficina de um oleiro, porque ali lhe queria falar. Foi o profeta, e como visse que um vaso que o oleiro estava lavrando se lhe descompôs e quebrou entre as mãos, e ele, amassando outra vez o barro, o tornara a reformar, então lhe falou Deus, e lhe disse desta maneira: Assim como viste o barro nas mãos daquele oficial, assim está o povo e reino de Judá nas minhas: já descomposto, já quebrado, e sem a forma que eu lhe dei, mas capaz ainda de emenda e reforma, se a quiser aceitar; e assim lhe pregarás de minha parte. Porém, se ele perseverar na obstinação com que me ofende, para isso pedirás aos sacerdotes outro vaso de barro já cozido: *Lagunculam figuli testeam* (55) — e, quebrando-o às portas de Jerusalém, dirás em alta voz a todos, também em meu nome: — Assim como este vaso, depois de endurecido no fogo e quebrado, se não pode restaurar nem tem remédio, assim o não terá este povo: *Sic conteram populum istum, sicut conteritur vas figuli, quod non potest ultra instaurari* (56). — Se o rei condenado por suas culpas estivera já no fogo do inferno, nenhum remédio tinha, *porque in inferno nulla est redemptio* (57); mas por isso a Senhora do Rosário chegou ao mesmo ponto em que os demônios lhe queriam arrebatam a alma, para que, tornando à vida, a reformasse e emendasse como emendou, e por este modo, de vaso que era de ira, se trocasse, como trocou, em vaso de misericórdia. Falo por boca de S. Paulo, o qual diz que do mesmo barro de Adão fez Deus uns homens para vasos de ira, que são os que se condenam: *In vasa irae, apta in interitum* (58) — e outros para vasos de misericórdia, que são os que se salvam: *In vasa misericordiae, quae praeparavit in gloriam* (59). — E com que poder, e com que justiça faz isto Deus? Com aquele poder e com aquela justiça — responde o mesmo S. Paulo — com que o oficial que tem o barro nas mãos pode fazer dele uns vasos para o fogo e outros para o altar! *Aliud quidem vas in honorem, aliud vero in contumeliam* (60). — Oh! força da previsão e predestinação divina! Oh! poderes da Mãe de Deus e do seu Rosário! O rei, cometendo tantas maldades, se descompôs e dispôs para o fogo como vaso de ira; e a Mãe de Deus, pondo nele as rosas do seu Rosário, o compôs e dispôs para o altar como vaso de misericórdia! Por isso ressuscitou exclamando: *O benedictum Rosarium Virginis Mariae, per quem sum liberatus a damnatione gehennae* (61)!

## CAPÍTULO X

A soberana autoridade da Virgem Maria figurada em Ester, redentora de seu povo. Deus dos mesmos motivos pode tirar resoluções contrárias, como no maior castigo que executou neste mundo, a inundação universal do dilúvio. A iris de três cores, alegoria da Senhora do Rosário.

Temos respondido e justificado a causa com a declaração dos textos. Resta por fim satisfazer às razões ou aparências em contrário, que se o juízo não fora de tal juiz, puderam ser mais que aparências. Era a primeira que, depois de dada a sentença, condenado o réu e decretado o castigo, já não havia tempo nem lugar

para ser revogado. Mas quem isto diz, nem conhece a soberana autoridade da Virgem Maria, nem quão superiores são a toda a outra razão as que Deus tem de não negar coisa alguma a sua intercessão e aos merecimentos do seu Rosário. Tinha el-rei Assuero sentenciado à morte todos os hebreus de seus reinos, estavam já passados os decretos, e firmados com o anel ou selo real, e publicado o dia da execução de que aos mesmos condenados não era lícito apelar — como também não apelou o nosso réu — mas aparecendo a rainha Ester diante do rei, só com a declaração da sua vontade- se revogaram os decretos, e ficaram absoltos os condenados. Isto é o que refere a história sagrada: mas não é esta mudança com ser tão notável, o que mais se deve notar e ponderar nela. Era lei inviolável dos persas e medos que, depois de o rei passar algum decreto, nem ele mesmo o podia revogar. Assim se lê no livro de Daniel, e essa foi a causa por que o mesmo rei o não pôde livrar do lago dos leões: *Scito, rex, quia lex Medorum atque Persarum est, ut omne decretum quod constituerit rex, non liceat immutari* (62). — Pois, se os decretos do rei, uma vez passados e firmados por ele, eram tão severamente irrevogáveis naquele império, como os fez revogar Ester, e tão facilmente?

Razão que justifique a Assuero, e o livre de pouco observante das leis que tinha jurado, ninguém há que a dê cabal na história; mas na alegoria e no que a mesma história representava, todos. Santo Tomás, S. Gregório Nicomediense, S. João Damasceno, Santo Anselmo, S. Bernardino, e todos comumente dizem que Assuero, o maior monarca do mundo naquele tempo, representava a Deus, e a rainha Ester a Rainha dos Anjos, não por uma, senão por muitas prerrogativas. Ester quer dizer: *Pulchra ut luna* (63) — e esse é o título de Maria, só inferior ao sol. De Ester diz o texto: *Invenit gratiam in conspectu illius* (64); a Maria disse o Anjo: *Invenisti gratiam apud Deus* (65). De Ester o texto: *Adamavit eam rex plusquam omnes mulieres* (66); a Maria o Anjo: *Benedicta tu in mulieribus* (67). — Ester coroada por rainha dos persas e medos, Maria com a coroa do universo; Ester, redentora do seu povo, Maria, corredentora do gênero humano; enfim, a Ester disse o rei que aquela lei, feita para todos, não se entendia nela: *Non pro te, sed pro omnibus haec lex constituta est* (68) — e sendo Maria a exceção sobre-humana das leis gerais de Deus, não é muito que o mesmo Deus quebre decretos, revogue sentenças e absolva condenados por sua intercessão, e a seu respeito. Só se podia desejar que entrassem nos motivos de tão extraordinária dispensarão os merecimentos do seu Rosário; mas também nesta circunstância não faltou a história. Nota o mesmo texto que Ester, para mais agradar ao rei em negócio tão dificultoso, entrou à sua presença com a formosura, de que tão singularmente era dotada, revestida de cor de rosas: *Ipsa autem roseo colore vultum perfusa, et gratis ac nitentibus oculis* (69). — E a que fim faz este reparo o texto, sendo que em toda a Escritura só esta única vez se acha tal palavra? Sem dúvida para que a propriedade da história não faltasse nesta parte a uma tão particular circunstância da alegoria. E para que entendêssemos que aquela cor de rosas, em tão manifesta significação do Rosário, fora um novo e não coroado título, senão legítimo, de se revogar o decreto e absolver o condenado, e com que mais agradou e obrigou ao soberano Juiz a soberana intercessora: *Ipsa autem roseo colore vultum perfusa, et gratis ac nitentibus oculis*. — Assim que, aquela tão extraordinária graça não só a alcançou a Virgem Maria como Rainha, como Esposa e como Mãe, senão como Senhora do Rosário: *Róseo colore perfusa*.

Mas que diremos àquela fortíssima instância da condenação e absolvição pelos mesmos autos? Digo que não é novo em Deus dos mesmos motivos tirar contrárias resoluções, primeiro enquanto justo, para castigar, depois enquanto

misericordioso, para absolver. Mas no tal caso — de que só temos um nas Escrituras — também tem a sua parte a Virgem do Rosário. O maior castigo que Deus executou neste mundo foi aquele em que afogou o mesmo mundo na inundação universal do dilúvio. E que motivo teve Deus para um tão notável castigo? O mesmo Deus o disse, e mandou escrever por Moisés: — *Videns Deus quod cuncta cogitatio cordis intenta esset ad malum: Delebo, inquit, hominem a facie terrae* (Gên 6, 5. 7): Vendo Deus que todos os pensamentos do coração humano eram inclinados e aplicados ao mal, resolveu de acabar com o homem,— e tirá-lo da face da terra. — Esta foi a primeira resolução de Deus. E depois dela executada, resolveu mais alguma coisa? Resolveu, mas tudo contrário, porque decretou que não houvesse mais outro dilúvio. E por que motivos? Aqui está o ponto da admiração. Pelos mesmos motivos, sem diferença alguma, por que tinha resolvido o primeiro dilúvio. Ouvi as palavras, que totalmente são as mesmas: *Nequaquam ultra maledicam terrae propter homines: sensus enim et cogitatio humani cordis in malum prona sunt* (Gên 8, 21): Não quero — diz Deus — que haja outro dilúvio, que inunde a terra e afogue os homens, porque todos os pensamentos do coração humano são inclinados e aplicados ao mal. — Pois, se este foi o motivo por que Deus destruiu o mundo com o dilúvio, como toma agora o mesmo motivo para resolver firmemente que não haverá outro dilúvio? Se o motivo fora outro para uma resolução tão encontrada, isso pode fazer a razão e a conveniência; mas duas resoluções totalmente opostas, ambas pelo mesmo motivo? Sim, porque as mesmas causas, que são justo motivo à justiça de Deus para castigar, podem ser motivo também justo à sua misericórdia para absolver. No tempo de Noé, condenados os homens ao dilúvio, porque os seus corações eram inclinados ao mal: *Quod cuncta cogitatio cordis intenta esset ad malum* — e depois, livres para sempre os mesmos homens do dilúvio, porque os seus corações são inclinados ao mal: *Sensus enim et cogitatio humani cordis in malum prona sunt*.

Deste modo, persistindo os mesmos motivos, assim naquele caso, como no nosso, usou Deus primeiro de sua justiça, e depois de sua misericórdia. E para que vejamos a parte que nela teve a Senhora do Rosário, ouçamos ao mesmo Deus: *Arcum meum ponam in nubibus, et erit signum foederis inter me et inter terram* (Gên 9, 13). Porei — diz Deus — o meu arco nas nuvens, e este será o sinal entre mim e o mundo, da promessa e mercê que lhe fiz de o livrar para sempre de outro dilúvio. — E que arco é este de que Deus fala e chama seu? Historicamente é o Íris de três cores que por reflexão dos raios do sol aparece nas nuvens. Alegoricamente é a Virgem Maria que concebeu em si o sol Divino, e de quem recebeu toda a graça. Assim o dizem S. Efrém, Santo Antônio, S. Bernardino de Sena. E mais especialmente é a mesma Virgem enquanto Senhora do Rosário, cujos mistérios se representam nas três cores da íris: na verde os gozosos, na vermelha os dolorosos, na azul os gloriosos. Esta imagem, pois, da Senhora do Rosário pinta Deus nas nuvens todas as vezes que elas se orvalham para começar a chover, em sinal daquela grande misericórdia que usou com o mundo, quando, tendo somente motivos para o castigo, e os mesmos motivos por que já uma vez o tinha castigado, lhe perdoou contudo o mesmo castigo, e mudou a sua sentença. Quando os homens vissem toldar o céu de nuvens, podiam temer que perseverando neles os mesmos motivos por que Deus tinha alagado o mundo, assim como se tinha arrependido da primeira execução, assim se arrependesse outra vez de não executar a segunda. E para os livrar deste justo temor, deu-lhes por fiadora a Virgem do Rosário, dizendo que no tal caso poria os olhos nela, com que estariam seguros: *Cumque obduxero nubibus caelum, apparebit arcus meus in nubibus: et videbo illum, et recordabor*

*foederis mei vobiscum* (70). — Tais são os poderes da Virgem Maria, e tal a valia para com Deus do seu Rosário que neles se podem segurar os homens de que as mesmas más obras, por que uma vez foram condenados, não sejam outra vez impedimento para serem absoltos. Assim sucedeu no caso do dilúvio, e assim no nosso. A primeira vez condenado o réu, e excluído da bem-aventurança por não guardar os preceitos divinos, conforme a lei universal de Cristo: *Beati qui audiunt verbum Dei et custodiunt illud* (71) — a segunda vez absolto, e admitido à mesma bem-aventurança, conforme o privilégio particular da Mãe do mesmo Cristo: *Quinimmo beatus venter qui te portavit* (72) .

## CAPÍTULO XI

Que utilidade podem tirar de um caso tão estupendo os devotos da Virgem? A razão divinamente política por que a Senhora quis propagar o seu Rosário por meio daquele rei ímpio. Excelências de Maria, soberana advogada dos devotos do Rosário

Parece-me que tenho provado o que prometi; mas com que utilidade? Que se pode colher de tal vida, de tal morte e de tal salvação? Nem a vida é boa para o exemplo, nem a morte, para o desengano, nem a salvação para a esperança. Que utilidade podem logo tirar de um caso tão estupendo os devotos da Virgem Santíssima? Porventura que se descuidem de a imitar em ser santos, e se deixem viver, e ainda morrer em pecado, fiados na virtude o seu Rosário? Nem da fé, nem do entendimento dos que me ouviram, nem ainda da má consciência de algum presumo tal erro. Semelhantes prodígios da misericórdia mais são para a admiração, e ainda para o temor, que para a imitação e confiança. São para dar o parabém à Mãe de Deus de tão soberano poder, e para dar as graças a seu bendito Filho de tão imensa bondade. Mas por que não fique este panegírico de ambos sem alguma doutrina própria do mesmo discurso, havendo sido o venturoso sujeito de todo ele um rei devoto do Rosário e nem bem devoto, nem bom rei, concluamos com dois documentos, uns para os reis, outro para os devotos.

O que considero por parte dos reis, e se nem bom rei, concluamos com dois documentos, um perde Deus e o mundo por falta de bons intentos nos que tudo podem. Se não sabem ser bons reis, saibam ao menos ser bons vassalos. Santifiquem as vontades e vidas alheias, se não se atrevem nem têm valor para mortificar os apetites próprios. É circunstância digna de toda admiração e reparo que, querendo a Senhora introduzir e estender em todo aquele reino a devoção do seu Rosário, não escolhesse por instrumento para esta obra nem algum santo que fizesse milagres, nem algum bispo ou prelado de grande zelo, nem algum pregador famoso de grande eloquência e espírito, senão um rei, e de não boa vida. Mas a razão conhecida e experimentada, e digna de tão soberana Rainha, foi porque para promover o serviço de Deus e culto divino, posto que os reis sejam seculares, são mais aptos e mais proporcionados instrumentos que os eclesiásticos. A fábrica do tabernáculo não a encomendou Deus a Aarão, que era o sumo sacerdote, senão a Moisés que era o supremo governador do povo. O templo não o edificou o sumo sacerdote Sadoc, senão el-rei Salomão. Os ofícios divinos, o canto eclesiástico, o ministério levítico, pertencente ao altar e aos sacrifícios, não o ordenou o sumo sacerdote Abiatar, senão el-rei Davi. E não obram isto melhor e mais eficazmente os reis por mais zelosos ou mais pios, senão por mais poderosos, por mais obedecidos, e também por mais adulados, que tanto importam até a Deus as dependências

humanas. Esta foi, pois, a razão divinamente política por que a Senhora quis fundar e propagar naquele reino o seu Rosário por meio do rei, sem fazer caso de que nele não concorressem outros exemplos de piedade, fiando que bastaria só o respeito e agrado real para plantar em todos a devoção a que ele se mostrava tão inclinado. Oh! como é certo com experiências lastimosas de cada dia que, por falta de semelhantes demonstrações, se perdem infinitos aumentos da religião e cristandade, os quais puderam conseguir e promover os príncipes, com mais leves diligências ainda que a de trazer um Rosário pendente do cinto!

E para que os devotos do Rosário se confirmem mais na sua devoção, e os que o não forem, de hoje por diante a antepõem a todas as outras, considerem que, se por um Rosário público, somente exterior e não rezado, a piedosíssima Virgem ressuscita mortos, revoga sentenças, absolve condenados, confunde o inferno, e reduziu ao caminho certo da salvação uma alma tão desesperada dela, e lhe alcançou o perdão de tantos e tão enormes delitos diante do tribunal severíssimo da divina justiça, que fará a mesma Senhora por qualquer outro pecador, que, rezando e meditando o mesmo Rosário com dor e detestação de ter ofendido a Deus, invocar seu poderosíssimo patrocínio? Diz S. Boaventura, que no patrocínio das causas se vê a excelência do advogado, em três circunstâncias: se o juiz é justo e sábio, o adversário sagaz e astuto, e a causa desesperada: *Sapientia et eloquentia advocati manifestatur in tribus: primo, scilicet, quod obtineat apud justum et sapientem judicem; secundo, contra adversarium astutum et sagacem; tertio, quod in causa desperata* (73). — E todas estas circunstâncias foram as mesmas do nosso caso. O juiz, tão justo e sábio como o mesmo Cristo, o adversário tão sagaz e astuto, como o demônio, e a causa tão desesperada como aquela que já estava sentenciada a final castigo: Sed Maria — continua o mesmo santo, como se concluía comigo este sermão — *obtenuit apud sapientissimum et justum judicem Deum, contra astutissimum adversarium diabolum, et in causa desperatissima inter Deum et hominem*. — E se a sabedoria, a eloqüência e o poder da soberana Advogada dos devotos do Rosário, com o Rosário refuta o demônio, com o Rosário convence a Deus, e com o Rosário, na causa mais desesperada, a pecadores já sentenciados e condenados livra do inferno, nenhum haja tão desconfiado de sua salvação que a não espere firmemente do patrocínio e intercessão da mesma Senhora, e dos poderes do seu Rosário, porque na falta da observância dos divinos preceitos, a que o Filho promete a bem-aventurança: *Beati qui audiunt verbum Dei et custodiunt illud* — suprirá, com a dor de os não termos guardado, o merecimento e graça da Mãe, até nos levar, como tantas vezes lhe pedimos, onde com as vozes de todos os bem-aventurados lhe cantemos eternamente: *Beatus venter qui te portavit*.

- (1) Bem-aventurado o ventre que te trouxe. Antes bem-aventurados aqueles que ouvem a palavra de Deus e a põem por obra (Lc 11, 27 s).
- (2) Bem-aventurados aqueles que ouvem a palavra de Deus e a põem por obra (Lc 11, 28).
- (3) Antes bem-aventurado o ventre que te trouxe.
- (4) Bem-aventurados os pobres, bem-aventurados os mansos, bem-aventurados os que choram (Mt 5, 3 ss).
- (5) Bem-aventurados os misericordiosos, porque eles alcançarão misericórdia (ibid. 7).
- (6) *D. Chrysost. in Matth. 25.*
- (7) Eu sou inocente do sangue deste justo (Mt 27, 24).

- (8) Carregou sobre ele a iniquidade de todos nós (Is 53, 6).
- (9) Pelas entranhas de misericórdia do nosso Deus (Lc 1, 78).
- (10) *Drogo Hostiensis, de Passione Domin.*
- (11) B. Alanus, lib. I, c. 10.
- (12) A misericórdia triunfa sobre o juízo (Tg 2, 13).
- (13) *Caietanus ibi, relatus a Cornelio.*
- (14) Tu és justo, Senhor, e é reto o teu juízo (Sl 118, 137).
- (15) Que ao romper da manhã saiu a assalariar trabalhadores para a sua vinha (Mt 20, 1).
- (16) *S. Germanus, de zoea et falciis virginis.*
- (17) Dar-vos-ei o que for justo (Mt 20, 4).
- (18) Está decretado aos homens que morram uma só vez (Hebr 9, 27).
- (19) Eis aí está enfermo aquele que tu amas (Jo 11, 3).
- (20) Senhor, se tu houvesse estado aqui, não morreria meu irmão (ibid. 21).
- (21) É chegado o Mestre, e ele te chama (Jo 11, 28).
- (22) *D. Chrysol. Serm. 64.*
- (23) A tua misericórdia é melhor que todas as vidas: os meus lábios te louvarão (Sl 62, 4).
- (24) Mas eles em vão procuraram tirar-me a vida. Entrarão nas profundidades da terra; presa serão das raposas. Mas o rei se alegrará em Deus (ibid. 10 ss).
- (25) Vem cá, e eu te mostrarei a condenação da grande meretriz (Apc 17, 1).
- (26) Percebeu o olfato do Senhor um suave cheiro (Gên 8, 21).
- (27) Não ofereçais mais sacrifícios em vão: o incenso é para mim abominação (Is 1, 13).
- (28) Vide Cornelium ibi.
- (29) Ai de vós hipócritas, ai de vós hipócritas (Mt 23, 15).
- (30) O que não crê já está condenado (Jo 3, 18).
- (31) O medo se assenhoreou dos hipócritas. Qual de vós poderá habitar com o fogo devorante? Qual de vós habitará com os ardores sempiternos (Is 33, 14) ?
- (32) E removê-lo-á, e porá a sua parte com os hipócritas: ali haverá choro e ranger de dentes (Mt 24, 51).
- (33) A esperança do hipócrita perecerá (Jó 8, 13).
- (34) Rasgai os vossos corações, e não os vossos vestidos (Jl 2, 13).
- (35) Põe-a por sinal: todo que estava ferido olhava para ela (Núm 21, 8).
- (36) Toma bem sentido, e fazes tudo conforme o modelo que te foi mostrado no monte (Êx 25, 40).
- (37) Dá-nos um rei, e marchará à nossa frente (1 Rs 8, 6.20).
- (38) Ver-me-ão, e se alegrarão, porque pus toda a minha esperança nas tuas palavras (Sl 118, 74).
- (39) Porque o lugar em que estás é uma terra santa (Êx 3, 5).
- (40) Cinge a tua espada ao teu lado, ó poderosíssimo. Com a tua beleza e com a tua formosura entesa o arco, vai adiante felizmente, e reina (Sl 44, 4 s).
- (41) E saía da sua boca uma espada aguda de dois fios (Apc 1, 16).
- (42) Os que semeiam em lágrimas, com regosijo ceifarão (Sl 125, 5).
- (43) Se ele morrer produz muito fruto (Jo 12, 25).
- (44) Tem piedade de mim, ó Deus, segundo a tua grande misericórdia, e segundo as muitas mostras da tua clemência apaga a minha maldade (Sl 50, 3).
- (45) Ensinarei aos iníquos os teus caminhos, e os ímpios se converterão a ti (ibid. 15).
- (46) E agora, ó reis, entendei; instruí-vos os que julgais a terra (Sl 2, 10).



- (47) Tu os governarás com uma vara de ferro (ibid. 9).
- (48) E quebrá-los-ás como um vaso de oleiro (ibidem).
- (49) Tu serás santo com o santo, e serás inocente com o varão inocente; e com o escolhido serás, e serás perverso com o perverso (Sl 17, 26 s).
- (50) O qual faz nascer o seu sol sobre bons e maus (Mt 5, 45).
- ( \* ) O que julgas perversão é razão.
- (51) *Tertul. lib. de Resur. Carnis*, cap. 14.
- (52) Tu os governarás com uma vara de ferro (Sl 2, 9).
- (53) Ferindo duas vezes com a vara a pederneira, saíram dela água copiosíssimas (Núm 20, 11).
- (54) E quebrá-los-á como um vaso de oleiro (Sl 2, 9).
- (55) Uma botija de barro de oleiro (Sl 19, 1).
- (56) Assim quebrarei eu a este povo, como se quebra uma vasilha de barro que não pode mais refazer-se (Jer 19, 11).
- (57) No inferno não há redenção.
- (58) Os vasos da ira, aparelhados para a morte (Rom 9, 22).
- (59) Nos vasos de misericórdia, que preparou para a glória (ibid. 23).
- (60) Um vaso para a honra, e outro para a ignomínia (ibid. 21).
- (61) Ó bendito Rosário da Virgem Maria, pelo qual me vi livre da condenação do inferno!
- (62) Sabe, ó rei, que é uma lei dos medos e dos persas, que todo o decreto que o rei passar não é permitido mudar nada dele (Dan 6, 15).
- (63) Formosa como a lua (Cânt 6, 9).
- (64) Achou graça em seus olhos (Est 2, 9).
- (65) Achaste graça diante de Deus (Lc 1, 30).
- (66) O rei a amou mais do que a todas as outras mulheres (Est 2, 17).
- (67) Benta és tu entre as mulheres (Lc 1, 28).
- (68) Esta lei não foi feita para ti, mas só para todos os outros (Est 15, 13).
- (69) E ela, com a cor de rosa em seu rosto, e com os olhos graciosos e brilhantes (ibid. 8).
- (70) E quando eu tiver coberto o céu de nuvens, aparecerá o meu arco nas nuvens; e, vendo-o, eu me lembrarei do concerto que fiz convosco (Gên 9, 14 ss).
- (71) Bem-aventurados aqueles que ouvem a palavra de Deus e a põem por obra.
- (72) Antes bem-aventurados o ventre que te trouxe.
- (73) *D. Bonavent. Serm. 2 de Dominica in Passione*.

**FIM**